



Ata dos trabalhos da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Nova Lima. No dia vinte e seis de outubro de dois mil e vinte e um, às dezoito horas e quinze minutos, reuniu-se a Câmara em sua Sede, achando-se constituída a Mesa pelos senhores vereadores: Anísio Clemente Filho – Presidente, Cláudio José de Deus – Vice-Presidente e Viviane Gomes de Matos – Secretária. O Senhor Presidente solicitou a chamada dos vereadores presentes; constatando-se a existência de número legal, verificando-se a ausência do vereador Danúbio de Souza Machado. Sob a proteção de Deus e em nome do povo nova-limense, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião e convidou todos para, de pé, ouvir o Hino Nacional. Logo após, o Senhor Presidente comunicou que a Ata da Reunião Solene do dia quatorze de outubro de dois mil e vinte e um foi encaminhada aos gabinetes para os vereadores conferirem-na. Colocou-a em discussão, nenhum vereador se manifestou. O Plenário aprovou a Ata por oito votos. Senhor Presidente: “Senhora Secretária, por favor”. Senhora Secretária: “correspondências. Nova Lima, 26 de outubro de 2021. Mensagem. Na Sessão Ordinária realizada no dia 19 de outubro de 2021 nesta Casa, por 8 votos a 2, foi rejeitado o PL 2.003/2021, que em seu único dispositivo previa autorizar o Executivo a delegar, por meio de parceria público-privada, os serviços de iluminação pública no Município. Terminada a Sessão nesta Casa, o ilustre Chefe do Executivo foi às redes sociais reclamar da decisão majoritária do povo de Nova Lima. Inclusive aos brados, reclamou do prejuízo causado ao Município pela rejeição. Não obstante isto, às 08h30



do dia 20, a Rádio Itatiaia, sem sequer tomar conhecimento dos motivos da rejeição, se arvorou e questionou a decisão tomada pela Casa. Casa esta que representa o povo de nova lima. *Concessa vênia*, muito estranho o ocorrido. Faço aqui um breve parêntese para lembrar do que se trata parceria público-privada. Com efeito, entende-se como parceria público-privada um contrato de prestação de serviços de médio e longo prazo (de 5 a 35 anos) firmado pela Administração Pública e regulado pela Lei nº 11.079/2004, cujo valor não seja inferior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), sendo vedada a celebração de contratos que tenham por objeto único o fornecimento de mão-de-obra, equipamentos ou execução de obra pública. Assim, na PPP, a implantação da infraestrutura necessária para a prestação do serviço contratado pela Administração dependerá de iniciativas de financiamento do setor privado e a remuneração do particular será fixada com base em padrões de performance e será devida somente quando o serviço estiver à disposição do Município ou dos usuários. Ora, já em 01 de novembro de 2007, essa Casa aprovou a Lei 2015, que instituiu o programa de parcerias, PPP. O artigo 4º é claro quanto às condições para inclusão de projetos no PPP. E isso não foi observado no projeto, especialmente mediante estudo técnico de sua viabilidade, elaboração de estimativa do impacto orçamentário-financeiro; e comprovação de compatibilidade com a lei orçamentária anual, a lei de diretrizes orçamentárias e o plano plurianual. Com efeito, em matéria publicada no G1, aqui à disposição dos nobres pares, o Secretário de Planejamento declarou que o



município arrecada anualmente dez milhões e gasta sete com energia, não sobrando recursos para fazer modernização. A gestão passada do Executivo realizou obras e trocou milhares de lâmpadas, sem, contudo, inviabilizar receitas futuras e ainda deixou 400 milhões no caixa. Nos preocupa por demais os custos fiscais dessa PPP, que acrescidas das taxas de juros e da remuneração da entidade privada, pois que, o dinheiro certo da conta de energia que hoje temos pode não ser suficiente em futuro breve. O projeto de PPP enviado a essa Casa previa que a concessionária que vier a ganhar licitação deveria contratar uma empresa especializada para lhe fiscalizar ao longo de todo o período e mais, com custo mensal de quase 500 mil reais. A forma escolhida pelo Executivo, sem qualquer análise comparativa prévia, que nos demonstrasse ser a melhor opção não é uma opção economicamente viável, sendo apenas uma carta branca. Nenhum outro caminho poderia ter sido trilhado senão a rejeição. Nenhum documento relativo a custos e multa quanto ao projeto preparado por terceiros, cantado em verso e prosa pelo Executivo passou por essa Casa. Esperamos que em outros debates futuros continuemos a buscar o consenso para que serenos e sem intenções possamos chegar a um denominador comum. Finalizamos. Esta Casa, Casa que representa o Povo, justo e trabalhador, jamais será intimidada. Vereadores Anísio Clemente Filho, Cláudio José de Deus, José Carlos de Oliveira, Joselino Santana Dias, Juliana Ellen de Sales, Silvânio Aguiar Silva, Thiago Felipe de Almeida e Viviane Gomes de Matos”. Senhor Presidente: “em nome, gente, da Casa, em nome dos vereadores que assinaram essa



carta, eu quero deixar aqui o repúdio ao Executivo, principalmente em uma live em que o nosso prefeito colocou em rede para todo mundo ouvir, ele só não falou a palavra ‘burro’, não é? Mas deu a entender a todos que quem votou contra essa PPP era um bando de burros. Então, deixar bem claro para ele que aqui não tem nenhum bando de burros. Da minha parte, eu não sou letrado igual ele, mas meu conhecimento de novalimense, eu votei contra e só quero falar com ele que a Casa está aberta, as coisas têm que ser discutidas em Nova Lima, têm que ser discutidas na mesa, junto com o Executivo, junto com o Legislativo e que a população não pode ficar prejudicada por embate nenhum, tanto do Executivo, quanto do Legislativo. Nós não gostamos da atitude do prefeito em relação a essa live, por que? Porque nós nunca fechamos as nossas portas para ninguém do Executivo. Então, deixar bem claro isso, em nome do Presidente da Câmara, em nome dos oito vereadores, esse repúdio à live do prefeito de Nova Lima”. Vereadora Juliana Ellen de Sales: “questão de ordem, Presidente. Boa noite, vereadores, vereadora, público que nos acompanha de forma remota, os servidores que se manifestam lá fora pela falta de diálogo com o Executivo. Eu acho que o que a gente passa aqui com a falta de diálogo com o Executivo é o mesmo que os servidores públicos passam também com essa falta de diálogo que, quando vai para vídeo, é tudo muito lindo, fala-se de diálogo, mas, na prática, a gente não vê. Então, me solidarizo com o que tem sido vivenciado pelos servidores públicos efetivos, inclusive estou com um boton aqui, Érika, para saber que vocês têm uma vereadora que está ao



lado de vocês e eu tenho a absoluta certeza de que, com a liderança do Anisinho, os servidores dessa Casa terão voz e vez, então, podem contar sempre conosco aqui, porque aqui o que se fala é o que se pratica. E eu lamento muito também, Presidente, a postura do prefeito, porque ela é desrespeitosa. É salutar a uma democracia divergir, mas vamos discutir em alto e bom nível. O que foi feito ali foi simplesmente um *rebranding* de chamar a gente de burro, de ignorante, porque a gente diverge da posição do prefeito. Então, assim, eu sei que o João Marcelo não tem experiência legislativa, é muito jovem, nunca passou por essa Casa, mas ele precisa entender que essa Casa representa o povo de Nova Lima. Eu tive dez por cento dos votos dele, eu fui a mais votada da história da cidade e aqui estou para votar baseada em evidências e não em uma situação obscura, não em uma situação onde nada é colocado às claras. Eu disse e repito, em momento algum existiu no Portal da Transparência o contrato assinado, em momento algum foi nos explicado porque a prefeitura, em maio desse ano, pagou quase cem mil reais à empresa contratada para fazer a licitação de algo que sequer havia passado por essa Casa. São coisas obscuras e muito sérias e não é a única PPP que anda dessa forma, não. Tem uma tal de PPP da Educação, que eu acho que a gente precisa se atentar muito a ela, porque naquele mato tem cachorro, com certeza, Presidente. É muita coisa feita de forma obscura. Cadê a transparência, gente? A premissa básica. Eu não estou aqui dizendo sobre o mérito da PPP. É muito lindo falar do mérito, porque é um projeto espetacular. Mas, assim como em projetos espetaculares existem formas de



fazerem coisas obscuras. Então, é dever dessa Casa exigir a transparência e quando o Executivo não tem transparência, dificulta, inclusive, os nossos trabalhos. Porque a gente entra no site da prefeitura e sequer vê o contrato de uma PPP que fala de multa, a gente vê só a minuta do contrato, gente. Isso é um absurdo do absurdo, do absurdo. E aí o prefeito ir para a mídia falar que a gente desconhece, oras, quanta arrogância. O poder subiu à cabeça, é isso? Mais respeito, prefeito. Eu sou do seu partido e manifesto aqui o meu descontentamento com a sua postura. Não foi nesse prefeito que eu votei, não. O prefeito que eu votei era aquele que caminhava ao meu lado dizendo que haveria diálogo, dizendo que atenderia os servidores, dizendo que negociaria com os servidores, que teria respeito. Não foi para um prefeito que faz aquele tipo de manifestação que eu votei, não. Então, eu lamento muito pela postura adotada pelo prefeito, imagino que ele esteja passando por um momento difícil, deve estar preocupado, eu não sei o que está por trás de toda essa PPP, para ele ter feito um vídeo daquela forma. Imagino que ele vá se arrepender futuramente, porque no seu normal, claramente, ali ele não estava, porque não foi naquele prefeito que eu votei. Então, eu lamento muito a postura do prefeito João Marcelo, que, inclusive, é do meu partido. Assim como ele veta os meus projetos e veta os projetos dos vereadores aqui, imagina se a gente fosse para a mídia falar aqui: ‘o prefeito não é entendedor de PL da conectividade, um jovem não entende de conectividade, é por isso que ele vetou’. Não é assim que se faz política, gente. Política é respeitar as divergências, política é diálogo e política é a busca pelo consenso, pelo



que é melhor para o coletivo. Então, assim, me solidarizo com os vereadores que também, de uma nova maneira, foram chamados de burros, mas a gente não é burro não, gente. A gente sabe o que está fazendo. E as pessoas que nos colocaram nessa cadeira também sabem o que elas estão fazendo. Então, é nosso dever representar, com qualidade, essas pessoas que estão ali fora, aqueles servidores, os moradores daquelas áreas que são áreas alagadas, aqueles que se preocupam com uma duplicação da MG-030 parada e que ninguém me explica o porquê que está parada, de moradias que não saem, de falta de política pública habitacional. A gente representa essa gente e parece que o Executivo vive em uma bolha, que não dialoga e não vê os problemas da cidade. A gente vê os problemas da cidade, a gente é a linha de frente do contato direto com a sociedade. Desculpa ter me estendido, mas, assim, é porque eu lamentei demais, eu achei de uma extrema deselegância a postura do João Marcelo e eu, assim, espero que ele perceba que ele errou na forma de tratar um outro Poder e a gente precisa respeitar os Poderes. Assim como eu respeito o Executivo, eu espero que o Executivo também tenha o respeito por esta Casa. Muito obrigada”. Senhor Presidente: “concordo plenamente, senhora vereadora”. Vereadora Viviane Gomes de Matos: “pela ordem”. Senhor Presidente: “pois não, vereador Silvânio Aguiar”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, depois das falas aqui, eu já me sinto representado, mas de forma nenhuma, eu penso que eu posso deixar de fazer a minha manifestação aqui, até porque, Senhor Presidente, senhores vereadores, o sindicato que está aqui hoje, o



público que a gente representa nessa Casa cobra da gente a manifestação, ele cobra, ele espera da gente um posicionamento. Eu recebi nas redes sociais que hoje é uma das mídias mais ativas que a gente tem, Facebook, Whatsapp, o Instagram. Eu recebi inúmeras falas de pessoas me perguntando e me questionando: ‘Silvânio, que absurdo é esse, que vocês vão deixar Nova Lima pagar uma multa de sete milhões?’. E aí eu vou fazer uma fala muito em cima do que a gente tem ouvido muito a nível nacional hoje, que uma mentira falada muitas vezes vira verdade. Essa multa não existe. Essa multa não existe, ela não é sequer mencionada no processo. Na verdade, para se chegar a um determinado ponto, tem que fazer um projeto, esse projeto tem um custo e já está no acordo com o BID que se, por um acaso, esse processo todo não vingasse, que a prefeitura teria que não pagar multa, mas, sim, pagar pelo projeto, pelo trabalho que foi feito para o BID, mas com uma ressalva, a prefeitura terá esse projeto em mãos, ou seja, quando o secretário de planejamento muito bem disse que ele vai tomar outros caminhos e, de certa forma, colocou ali que a política pública vai acontecer, eu acho que isso é louvável, ele falar isso, ele está falando isso porque esses quatro milhões que eles estão colocando como sendo uma multa, não é uma multa, é um serviço prestado. Eu acho que esse é um ponto relevante. De outra forma, Senhor Presidente, eu quero deixar claro para a população de Nova Lima que eu sou totalmente favorável à PPP, eu sou desfavorável à falta de diálogo. A gente não tem aqui... Eu fiz até alguns rascunhos aqui, a série histórica de todo esse processo, na série histórica tem lá as Audiências



Públicas que foram feitas, todas as tratativas, como que esse dinheiro vai ser gasto, seguramente tem lá dizendo que esse dinheiro não é para extensão de rede, que é um dos maiores anseios da população de Nova Lima, principalmente nas regiões...”. Senhor Presidente: “noroeste”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “o nome foi embora”. Senhor Presidente: “noroeste”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “é. Principalmente nas regiões... Desculpa, não é na região noroeste, não. Nas regiões que tenham mais dificuldade na nossa cidade, mais vulneráveis e que precisam das extensões de rede. No projeto isso não está contemplado, pode ser que vai sobrar dinheiro para fazer de outra forma, mas que o projeto contempla isso, não. Então, não é isso tudo que as pessoas vendem e se for isso tudo o que eles vendem, eles deviam ter sentado com a gente e acordado isso. Eu, pelo menos, não tinha conhecimento nenhum, até porque cheguei mais tarde, mas a gente não tinha esse conhecimento. Então, se tinha todo esse processo, todas essas ações previstas naquele projeto, faltou diálogo do governo em passar essa documentação e não fala, não é fala em rede social: ‘ah, eu vou fazer isso, vou fazer aquilo’. Nós estamos recebendo uma empresa que a gente não vê movimento nenhum dela chegando, estão acontecendo obras que a gente não vê acontecer, são falas e falar todo mundo fala. O que a gente quer ver é na prática. Então, o que eu espero do governo, e eu acredito que isso ainda pode voltar para a Casa, é que tenha transparência, que possa trazer o projeto no miudinho para a gente, o que vai acontecer, como que vai acontecer, porque vai acontecer, para a gente poder, de fato, pagar por esse serviço para



a população. Nós vamos pagar mais caro, com toda a certeza. Mas é muito mais cômodo, sim, para a administração a PPP. Eu não tenho dúvidas de que a PPP para o município é vantajosa, porém, precisa ter mais transparência e mais clareza. De outra forma e por último, Senhor Presidente, eu quero cumprimentá-lo, especificamente ao senhor pelas falas, por ter tido a coragem de representar a Casa nas diversas falas que o senhor fez, sempre defendendo a Câmara de Vereadores de Nova Lima. Isso, para a gente que é vereador, isso tem um peso muito forte, um Presidente que de fato e de verdade nos represente. Então, parabéns. Fico muito grato e feliz de ter o senhor como Presidente”. Senhor Presidente: “obrigado, Silvânio”. Vereadora Viviane Gomes de Matos: “pela ordem, Presidente. Eu preciso falar sobre o Prêmio Cidades Excelentes, não é? Eu falo que a mídia está aí para, realmente, demonstrar aquilo que é o trabalho, mas talvez não o trabalho de quem esteja há apenas dez meses à frente do município. Mas, sim, de diversos servidores de carreira que, realmente, representam o município há décadas. Eu sou efetivada no município desde 2004 e sei da contribuição que eu, como todos os colegas que se encontram lá fora, trouxeram para que, hoje, o município estivesse, realmente, respaldado para estar sendo exemplo, para estar sendo cidade excelente, com prêmio reconhecido. E mais, o último mandato foi feito por um gestor de carreira, que foi Vítor Penido, do meu partido, do Democratas, que agora tem uma junção, vai ter alterações, mas que eu não poderia deixar de falar. A gente trabalha em uma gestão e os frutos são colhidos ao longo da história. Então, que nós possamos fazer



política nessa Casa, não da forma que está sendo feita, usando mídia para tentar, na verdade, jogar a população contra essa Casa, que é quem, realmente, representa o povo e, sim, para que essa mídia seja positiva, para que a gente possa falar de projetos que realmente beneficiem as pessoas, para que a gente possa falar de uma volta às aulas com segurança, porque o Estado hoje soltou um memorando falando que a partir do dia três de novembro é obrigatório que todos os alunos estejam presentes nas salas de aula. O nosso município tem servidores aptos e prontos a receber os alunos, mas nós temos equipamentos suficientes? Nós temos estrutura pronta para receber as nossas crianças? O nosso servidor que está em teletrabalho e em trabalho dentro de sala de aula, trabalhando concomitante, on-line, presencialmente, ele está apto, ele está com sua saúde sob os cuidados? Então, são questões que a gente precisa levantar. Ora essa. Ao invés de usarmos a mídia para ficar discutindo questões que são, realmente, pertinentes ao município, mas que devem ser discutidas na mesa, entre Executivo e Legislativo, para o aprova das leis ou não, a gente precisa usar as mídias para conscientizar a população do que é certo e errado no momento em que a gente está, realmente, retornando e superando um momento de pandemia. E outra coisa: hoje eu recebi, às dezesseis horas e vinte e nove minutos, uma correspondência do Secretário de Educação, me convidando para um fórum que acontecerá amanhã. Fica a minha pergunta: o Executivo quer a participação desta Casa? Sendo que é amanhã, nove horas da manhã e só chegou aos nossos e-mails, ao meu e-mail, que sou a representante da



Casa, hoje às dezesseis horas e vinte e nove minutos. Então, que a população se atente a acompanhar de perto os trabalhos desta Casa, porque nós estamos aqui com os nossos gabinetes abertos para representar a população de Nova Lima. Muito obrigada”.

Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “Presidente”. Senhor Presidente: “pois não, Álvaro. Só um adendo aqui, Álvaro. Eu concordo com a Viviane que é um absurdo. Um fórum que vai acontecer as nove, ela, como presidente da Comissão de Educação, ser avisada às dezesseis e vinte e nove. Pois não, vereador Álvaro”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “Presidente, colegas vereadores e vereadoras, para não render tanto, mas só para citar a questão da PPP, eu me lembro que, não sei se fevereiro ou março desse ano, teve uma reunião aqui na Câmara, quando veio, naquela oportunidade o prefeito, ou seja, a equipe da prefeitura, o próprio prefeito, representantes do BID, da Caixa e da Accenture, que foi a empresa que elaborou o projeto. E naquela ocasião nem todos os vereadores estavam presentes, mas eu estava e agora eu não quero cometer aqui injustiça, porque realmente eu não me lembro quais aqueles que não estavam, mas eu estava e foi aberta para perguntas, na ocasião foi aberta para perguntas, eu fiz algumas colocações. E eu tenho a grata satisfação de contar na minha equipe de assessoria, Presidente, com uma advogada que já foi procuradora de município, então, ou seja, experiente. Silvânio conhece, não é, Silvânio? Doutora Priscila. Oi? Nota dez. Ela é muito competente, ela fez argumentações, quem estava aqui, vai se lembrar, ela fez argumentações da parte legal. E eu também trouxe, a partir



desse mandato, no anterior ele não estava não, mas eu trouxe para trabalhar comigo um ex-superintendente da CEMIG e, na verdade, não tem nada a ver com relação à PPP, vamos dizer, uma confiança aqui, foi ele o responsável pela elaboração do plano de governo do meu pai, ano passado, na eleição e eu me encantei com a cabeça dele, sabe? Assim, com o jeito de pensar, com a forma de encarar a vida e eu falei: ‘olha, eu não consigo pagar o que você merece, não, mas vem trabalhar comigo, porque eu preciso de você’ e ele veio, está comigo. E naquela ocasião ele estava presente e fez também vários questionamentos técnicos. Mas aquele era o primeiro contato que a gente estava tendo ali, aliás, primeiro, não, segundo, porque no meio do ano passado, em junho ou julho de 2020, o governo anterior propôs a PPP para esta Casa deliberar e no final do ano o prefeito retirou, o ex-prefeito, o prefeito da época retirou de pauta, pediu para retirar de pauta, optando por contratar diretamente uma empresa para fazer as trocas das lâmpadas que, inclusive, foi citado nesse documento que os senhores elaboraram. E aí, Presidente, só para fazer uma reflexão com o senhor, me causa um pouco de estranheza... Eu vou voltar ao assunto da Casa, quando o ex-prefeito afirma que ele optou por retirar de pauta o projeto da PPP porque ele tinha entendido que, depois de ter feito uma reforma administrativa e tributária, ele entendeu que a prefeitura naquela ocasião tinha recursos suficientes para poder bancar, sozinha, os custos dessa operação de troca de lâmpada, enfim. Mas a reforma administrativa e tributária aconteceram em 2017, ele só propôs isso... Ele assinou o contrato com o BID em 2019 e só propôs aqui para a Casa em



2020. Não foi em 2020 que ele viu que a casa estava em ordem, ele já sabia disso há muito tempo, então, ou seja, essa argumentação, a mim, não convence. Eu gostaria, inclusive, em um momento adequado, eu vou pedir cópia para a prefeitura, para saber através de qual instrumento ele trocou essas cinco mil lâmpadas aqui na cidade. Eu quero saber se o contrato que ele utilizou se permitia utilizar para essa finalidade, eu tenho minhas dúvidas. Mas eu vou pedir em momento oportuno. Voltando aqui para a nossa realidade, naquela ocasião, os senhores sabem muito bem, nós éramos dez vereadores, todos ávidos por mostrar serviço e trabalho, o que eu fiz? Eu falei com o Secretário de Planejamento: ‘André...’. Eu coloquei ali alguns questionamentos, inclusive, no dia pedi documentação de tudo o que era relacionado a essa PPP, eu falei: ‘eu quero cópia de tudo e quero ter acesso às pessoas que possam me responder, que saibam me responder e não...’. E aqui, francamente, com muito respeito, não conversar com alguém da prefeitura que, às vezes, vai encaminhar a pergunta para quem de direito. Eu quero conversar com quem vai ter condições de me responder. Presidente, eu não sei se precisar, mas eu fiz perto de cinco reuniões com representantes da Caixa, do BID, da Accenture, para sanar todas as dúvidas que eu tinha. Eu virei líder de governo terça passada, eu não era líder de governo, não. Então, ou seja, o mesmo acesso que eu tinha, era igual para todos e acho que, inclusive, o mesmo acesso deve continuar igual. Mas, ou seja, eu busquei as informações que eu tinha de dúvida, era direito meu e eu precisava buscar as informações. E aí, Presidente, eu fico até... E sem sarcasmo, mas eu



fico satisfeito de estar trazendo de volta esse assunto à tona e aí eu não sei se ele vai ser encerrado hoje, enterrado hoje, mas, no mínimo, para mim, passa a impressão de que todos os senhores estão dispostos a voltar a falar sobre isso. O senhor mesmo esteve em uma reunião da prefeitura, que eu vi na rede social, Presidente, o senhor lá com o prefeito, enfim, eu não sei exatamente quem estava, mas algumas pessoas, para falar sobre a PPP, eu entendi aquilo até como uma sinalização para trazer para a pauta, mas, ou seja, passou todo o ano e na terça passada teve o desfecho que toda a cidade já sabe, da votação. E aqui eu não vou questionar o voto de ninguém porque cada um, como a vereadora Juliana disse, cada um foi eleito democraticamente e o voto de cada um é sagrado, foi o povo que conferiu esse direito. Então, o voto não tem que ser questionado. Mas, se possível, não sei se é essa a intenção, porque, inclusive, no final do documento está aqui: ‘esperamos que em outros debates futuros que continuemos a buscar o consenso para que, serenos e sem intenções, possamos chegar a um denominador comum’. Que bom saber disso, que a gente está imbuído no mesmo objetivo de que a gente busque esse denominador comum. Cada um tem a sua razão, tem o seu sentimento e eu não vou entrar no mérito, é direito de cada um ter, isso faz parte do processo. Mas se houver essa predisposição por parte dos senhores, bom saber que a gente pode tentar resgatar esse assunto porque, se for do interesse de cada um dos senhores, é possível que a gente retome esse assunto aqui na Casa. Quando um projeto é arquivado, se dois terços dos vereadores assinarem um documento pedindo o



desarquivamento, naturalmente, ele pode voltar para a pauta. E aí, se for da vontade, acredito que a prefeitura vai se colocar à disposição para trazer quem quer que queira vir, para sanar todas essas dúvidas. Se não for da vontade, Presidente, passou, fica como aprendizado, bola para frente, para a gente não errar nas oportunidades futuras. Então, para finalizar, Presidente, o vereador Thiago vai falar sobre o servidor, mas eu acho que, de certa forma, a gente até prolongou um pouco e faz parte, o senhor está vendo que os servidores estão ali fora aguardando algum posicionamento. Se possível, Presidente, o senhor me disse que a presidente do sindicato vai ter a oportunidade de falar no final, no Grande Expediente. Se possível, Presidente, estou pedindo ao senhor para consultar o Plenário para que a gente possa inverter, para ela tentar falar antes, ao invés de deixá-la só para o final, talvez vai chover e os servidores não terem que ficar lá fora, está bom? Obrigado”. Senhor Presidente: “está bom. Só respondendo porque eu fui citado. Em relação à reunião que eu tive lá com o prefeito, eu fui até pego de surpresa, que me convidaram para uma reunião normal, com o Executivo, eu até não estava em um traje muito bom, não, que eu ando meio mal arrumado, mas chegando lá eu vi mulher com bolsa Vuitton, terno os homens, eu falei: ‘uai, o que é isso?’, eu até os cumprimentei normalmente, porque eu não sabia e o André falou: “não, Anisinho, você vai participar da reunião’. Eu falei: ‘qual reunião?’. ‘A reunião com o BID, reunião com a Caixa’. Eu falei: ‘uai, pois não’. E onde eu fui perguntado sobre a PPP, que dia que a PPP entrou em pauta, tipo assim, ele estava me pondo ali em cheque. Eu fui bem



simples com ele, eu falei: ‘olha, a Casa está à disposição, a Casa está analisando o projeto e vamos, sim, colocar em pauta, como colocamos em pauta’. Segunda coisa que você falou... Fugiu da minha memória, isso que você falou em relação... Lembrei agora, em relação à discussão com o Executivo, a Casa, igual a própria Juliana disse, embates vão existir, não pode perder o respeito, nós estamos, sim, prontos para o diálogo. Se, por um acaso, voltar pelo PPP, do jeito que ela está, eu acho que não tem condições de assinatura para voltar, do jeito que ela está, mas uma outra proposta ser analisada e ser claramente, eu acho que a Casa... É o poder nosso, nós não podemos é prejudicar a iluminação das nossas casas, igual disse nas outras entrevistas, eu tenho duas filhas, três netas, eu quero minha casa, minha rua toda clarinha para evitar tudo quanto é tipo de problema que a escuridão dá, de segurança e tudo. Então, a Casa Legislativa está disposta a discutir, mas, pelo falar do Executivo, parece que essa Casa aqui é uma Casa invisível, está bom?”. Vereadora Juliana Ellen de Sales: “Presidente, questão de ordem. Eu quero fazer aqui uma sugestão ao Álvaro, o líder de governo, para os próximos projetos que são encaminhados pelo Executivo a esta Casa, que para mim ficou como uma boa prática feita pelo Executivo, aquele PL do subsídio destinado à Via Ouro, onde junto ao PL foi anexada a auditoria. Por que junto ao PL da PPP não foi anexado também os documentos e por que esses documentos não estão de forma pública no site, no portal da transparência da prefeitura? Porque o questionamento que eu vi por parte do cidadão era o seguinte: ‘Juliana, o prefeito diz uma coisa, a Câmara diz outra e a



gente enquanto cidadão fica sem saber o que é certo, o que é errado'. Aí eu falei assim: 'olha, para mim, eu acho que o certo seria dar ampla publicidade, ampla transparência a toda a documentação que envolve a PPP, porque aí o cidadão pode ter ali também a possibilidade dele, sozinho, buscar e se informar ali e criar juízo de valor sem ser influenciado pelo Legislativo ou pelo Executivo e hoje a gente não tem isso. A PPP da Educação só foi divulgada no quadro de avisos da prefeitura, só está lá no quadro de avisos. Está no portal da transparência, no portal da transparência informa. Então, assim, vamos dar mais uma ampla publicidade para que as pessoas possam acompanhar todo esse trâmite, para as pessoas poderem falar: 'olha, tem uma multa aqui, olha, o contrato foi feito e é sobre isso que trata'. A gente não precisa ficar pedindo benção para o Executivo para ter acesso a algo que é público, não, gente. Agora a gente para ter acesso a um secretário precisa passar pelo chefe de governo, depois pedir à entidade lá em cima, pedir não sei quem para ter uma conversa com um secretário? Não, é transparência para que o cidadão possa acompanhar. Fica a minha sugestão para dar ampla publicidade, ampla transparência e, também, sempre anexar todos os documentos que envolvem aquele tema. Eu acho que isso vai ser um avanço e vai facilitar, inclusive, o nosso trabalho aqui dentro". Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: "posso, Presidente? Só para aproveitar um gancho da fala da vereadora Juliana. Nossa Senhora, se não me engano, eu acho que foi em 2017, início de 2017, eu fui autor de um projeto de lei e é lei na cidade, porque em Nova Lima existem... Não sei da realidade de



outras cidades, mas em Nova Lima existe o Diário Oficial do Município, que é o documento que dá publicidade e traz à tona todos os atos administrativos, normativos, ou seja, tudo o que é publicado por parte da prefeitura deveria estar ali como o Estado tem, a União também. Só que está só no papel. Em Nova Lima, na prática, não tem, não imprime esse documento e não disponibiliza para a população para dar efetividade e transparência a todos os atos. Aí, em 2017, se não me engano, meu segundo ou terceiro projeto de lei nessa Casa, foi para criar o Diário Eletrônico Oficial do Município e na ocasião o prefeito sancionou, ou seja, é lei na cidade, mas, até agora, só no papel. E foi interessante, na semana passada, no evento do prêmio da Band, estavam lá presentes o presidente da Associação Mineira de Municípios, o prefeito Gilvan. E a AMM, naquela ocasião, eu falei com o Vítor, a AMM disponibiliza, não sei se é um sistema, como é que funciona, mas, ou seja, a prefeitura vai gastar dois mil reais por ano para se adequar aos moldes que a AMM disponibiliza para ter o Diário Eletrônico do Município. E foi bom que o prefeito ouviu e ele falou: ‘vou fazer’. Então, eu acho que seu pedido, graças a Deus, finalmente será atendido na nossa cidade, eu fico muito feliz por isso”. Senhor Presidente: “pois não, vereador Thiago Almeida”. Vereador Thiago Felipe de Almeida: “Senhor Presidente, senhores vereadores, boa noite a todos. Eu quero cumprimentar, em nome de todos os servidores, a Érika, viu? É um prazer estar sempre junto, sempre acompanhando o trabalho e as lutas e não para, não é, Érika? Não cessa nunca, a gente não pode cessar, não, viu? Apoio vocês. Eu acho que essa Casa, se fosse hoje, acho que



seria diferente, não é? Se a gente pudesse voltar ao passado, acho que esses vereadores que estão aqui presentes, seria outra história, acho que o final seria mais feliz, não é? Nós estamos no meio da batalha ainda, nós vamos chegar ao final feliz ainda, viu? Ju, sua fala no começo, eu vou usar para o servidor, mas serve para esse projeto polêmico da PPP também. Você falou assim, enquanto você falava, eu vi e vivenciei uma fala de meu pai aqui que ele sempre falava: ‘essa Casa ensina e o futuro vai nos mostrar quando estamos certos, quando estamos errados’. E acredito que o nosso acerto é sempre o diálogo, buscar o diálogo sempre, até para se corrigir, algo que a gente possa... A gente não... Não é só de acertos que vai viver essa Casa, não. Somos seres humanos, todos os vereadores aqui, todos aqui presentes e a gente é, sim, passível de erros, mas acredito que a gente está certo. Quando a gente propõe o diálogo, quando a gente senta na sala, na antessala, conversa, diálogo, busca sempre, cada vereador coloca a sua opinião, são todos bem-vindos. E hoje a gente está demonstrando aqui que a gente está, sim, aberto ao diálogo, quando a gente volta a discutir um projeto que para mim já foi superado. Eu acho que a gente, na semana passada, sim, reprovamos o projeto e podemos, sim, buscar o diálogo no futuro e prova viva, vereador Álvaro, é esse diálogo que a gente está buscando aqui, hoje. Então, eu acredito que todos aqui estão dispostos a ouvir, reavaliar, mas desde que seja uma transparência melhor do que foi. Eu acho que o que fica é isso, é o diálogo sempre. Então, encerro a minha fala dizendo isso, não é, Silvânio, Boi e Álvaro, que vivenciaram com meu pai. Essa Casa, ela mostra, ela ensina, aí a gente vai



aprender muito aqui. Obrigado”. Senhor Presidente: “sábias palavras do nosso Soldado Flávio. Solicito ao Plenário autorização para que a senhora Érika, Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Nova Lima, possa se manifestar neste momento. Em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, oito votos. Pois não, senhorita Érika, por favor”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “Presidente, enquanto a Érika está se locomovendo, ela me pediu também, porque parece que ela quer que alguém filme a fala dela, pode alguém entrar aqui? Se precisar, meu o assessor...”. Senhor Presidente: “pode, sim”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “pode?”. Senhor Presidente: “pode, Érika”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “aí você vê, Érika, quem que é”. Senhor Presidente: “pode sim, fique à vontade. É um prazer receber você, Érika, em nome de todos os vereadores, seja bem vinda, a palavra é sua. Se quiser se aproximar, fique à vontade, para você filmar”. Érika Fernanda de Souza, Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Nova Lima: “bom, boa noite a todo o público presente, boa noite também a todos os servidores, os servidores que estão lá fora, que estão em casa também acompanhando. Boa noite a todos os vereadores, eu cumprimento todos na pessoa da Juliana, que está com o nosso boton, nosso outubro de luta. Cumprimento também o Presidente Anisinho. Bom, primeiro dizer que eu me sinto muito honrada por estar novamente aqui, nesta Casa, podendo ser a voz do servidor, mas também me encontro muito entristecida porque, sentada ali, eu fiquei pensando em



tudo, em toda a história que nós passamos em 2015, não é? Com uma greve histórica. Toda história que nós passamos em 2017, com uma reforma administrativa, que eu falo que ela tirou o pão da mesa do trabalhador. O trabalhador hoje está com dificuldade de cuidar da sua família. Não é segredo para ninguém aqui como que as coisas, como que o preço de tudo lá fora está aumentando. E o salário do trabalhador, gente, do servidor público de Nova Lima está congelado. Nós passamos por uma reforma administrativa em que o servidor hoje se encontra adoecido, nós tivemos várias perdas. E hoje, para mim, eu me sinto realmente entristecida de estar aqui nesta Casa falando isso de novo, mais uma vez. E eu já falei aqui nessa Casa uma vez, eu vou repetir: ofício não mata a fome de trabalhador, ofício não coloca o alimento na mesa do trabalhador. O que nós precisamos é prática, nós precisamos de ações efetivas. Ir para a rede social e fazer fala não mata a fome do trabalhador. Nós encaminhamos esse ano uma pauta mínima para o governo, solicitando oito vírgula seis de recomposição salarial. Nós não solicitamos reajuste salarial, porque nós fazemos isso com muita consciência, nós pedimos recomposição salarial, nós solicitamos que o nosso ticket voltasse a vinte e dois e cinquenta, o que era de 2017. Gente, o trabalhador está clamando para que ele seja ouvido, para que vocês voltem seu olhar para ele, o Executivo e o Legislativo. Está um absurdo o que nós estamos vivenciando. Vocês vão aos locais de trabalho, na base, como Juliana disse aqui bem, vocês estão na linha de frente, visitem o local de trabalho. Como a vereadora Viviane disse das escolas, visitem os locais de trabalho, conversem



com o trabalhador, cada um de vocês receba o trabalhador em seu gabinete e eu tenho certeza de que o que eu estou falando aqui, não é diferente do que vocês escutam no gabinete de vocês. Eu tenho certeza de que não é diferente. O trabalhador está adoecido, o trabalhador está massacrado. Nós tivemos uma resposta do Executivo de dividir oito por cento, quatro por cento em 2022 e quatro por cento em 2023. Essa é a valorização do servidor? Esse é o diálogo? Nós não somos recebidos pelo governo. Ele criou uma comissão que não funciona, que não respeita, que não recebe, que não faz reunião com o sindicato. O sindicato é o legítimo representante do trabalhador, nós estamos nessa luta há anos. Vereadores que estão aqui há mais tempo na Casa sabem disso, nós já estivemos aqui várias vezes, eu já estive aqui várias vezes. Uma reforma administrativa que foi, assim, destruiu a vida do trabalhador. Nós tivemos servidores que perderam empregos em outros lugares porque aumentou sua carga horária, aumentou a sua jornada. É um absurdo o que está acontecendo. Uma cidade sim, Viviane, que merece o reconhecimento, uma cidade que recebe prêmios, mas tem, sim, que valorizar os seus trabalhadores, tem sim, porque quem merece esse prêmio, quem merece o aplauso e aqui fica o meu aplauso, fica o meu parabéns a todos os servidores que fazem essa cidade crescer. Se nós, hoje, nova-limenses temos esse prêmio, é graças, principalmente, ao servidor, que está ali na linha de frente, que mesmo cansado, mesmo adoecido, mesmo desvalorizado, a gente não deixa de prestar um bom serviço à população nova-limense, porque a população de Nova Lima merece, ela merece que a



gente dê o nosso melhor, como vocês fazem aqui nesta Casa, como nós diretores fazemos no sindicato e o servidor faz no seu local de trabalho. Então, eu venho solicitar nessa Casa aqui que vocês voltem os seus olhares para o servidor. Eu venho solicitar ao Executivo, negocie, converse, dialogue com o sindicato. O sindicato não é inimigo de ninguém, nós estamos aqui somente para lutar pelos direitos dos servidores e o que nós estamos solicitando aqui é direito. Foram encaminhadas à comissão as reivindicações por categoria. A nossa pauta é mínima, voltar o fornecimento da cesta básica, uma cesta básica em um município que arrecada milhões, gente. Eu não estou falando mentira aqui, eu não estou sendo leviana, eu tenho certeza de que não estou. Se eu estiver, por favor, alguém pode se manifestar falando que eu estou falando mentira. Não é. E nós tivemos uma resposta de dividir, nós tivemos uma resposta de ter um reajuste de um real e pouco no ticket refeição. Hoje em dia a gente sabe que com dezoito e vinte e cinco, você não almoça em lugar nenhum em Nova Lima. A realidade do servidor é essa, servidor que teve aumento de carga horária, que diminuiu o percentual de insalubridade, diminuiu o percentual de periculosidade. Nós não temos mais, gente, gratificação de escolaridade. Cadê o incentivo para o servidor trabalhar? Estudar? Cadê o incentivo para que o servidor estude, para que ele preste um bom serviço para a população de Nova Lima? Você quer o que? Um servidor burro? Eu acho que é isso que quer, não é? Um servidor de cabeça baixa? Nós não temos mais gratificação de escolaridade. Tudo o que foi ganhado, nós estamos só perdendo. Então, eu venho



solicitar a essa Casa uma emenda, principalmente à Lei Orgânica, para que venha garantir ao servidor público, a garantia da recomposição salarial, a garantia da sua data base, que isso já está na nossa Constituição Federal, porque recomposição é direito. Nós estamos pedindo aqui o nosso direito de recomposição, nós estamos pedindo aqui diálogo, nós estamos pedindo respeito, nós estamos pedindo valorização. E mais uma vez eu quero falar para vocês, eu quero parabenizar os servidores pelo prêmio de Nova Lima. Eu quero aproveitar esse espaço, que dia vinte e oito, quinta-feira, é dia do servidor público, merece ser aplaudido, sim. Nós temos o que comemorar? Nós temos, eu tenho que comemorar pelo grande trabalho que o servidor faz. Mas, infelizmente, eu venho dizer que nós não temos valorização nenhuma. Nenhuma. Nós servidores públicos estamos jogados, a mercê, adoecidos. É triste essa realidade do servidor, mas eu deixo aqui meus parabéns a cada servidor de Nova Lima que faz a diferença. Agradeço a vocês mais uma vez essa oportunidade de estar aqui, sendo a voz do servidor. Vou continuar levantando a minha voz, em cada momento que eu estiver à frente da entidade sindical, eu vou levantar a minha voz para defender o servidor. Quero parabenizar a diretoria do sindicato, mais uma vez, pelo trabalho que faz que é incansável, que é difícil, não é fácil. É difícil, principalmente em um governo que não tem diálogo, um governo que está com as portas fechadas com o diálogo. Pelo o que eu estou vendo, também com a Casa. Nós não temos. Para você ver a situação que nós estamos vivendo. Então, eu quero agradecer e fica essa solicitação, para que o



Legislativo também volte o seu olhar, que converse também com a entidade sindical, nós estamos abertos, a porta do sindicato está aberta para receber a todos. Pode nos chamar aqui, nós estamos abertos para receber vocês lá, qualquer dúvida que tiver sobre alguma legislação em relação ao servidor público, nós estamos abertos para receber a todos. E que não vamos deixar que aconteça, gente, o que aconteceu lá em 2017, nessa Casa, que foi aprovada uma reforma administrativa que, realmente, adoeceu, desvalorizou e aconteceu o que aconteceu com o servidor. Mais uma vez eu agradeço. Obrigada”. Senhor Presidente: “em nome da Câmara, Érika, nós estamos à disposição. Nós vamos... O jurídico nosso vai entrar em contato com o jurídico também do sindicato para a gente fazer essa proposta da Lei Orgânica junto”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “Presidente, só para... A Érika já saiu? Chama ela aí, fazendo favor. O que eu vou falar aqui, eu já comuniquei com a Érika, Presidente, mas só para deixar registrado. É só para eu, de certa forma, formalizar, Érika. Eu já te disse ali fora, mas só para constar em Ata. Essa proposta, Presidente, de quatro por cento, o aumento de oito por cento dividido de duas vezes, vamos falar assim para ficar de fácil entendimento, em janeiro de 2022 quatro por cento e outros quatro em janeiro de 2023, no meu entendimento, Presidente, essa proposta caducou. Eu, vamos dizer, sendo egoísta um pouquinho agora, quando eu recebi o convite para assumir a liderança do governo aqui, Presidente, eu vi nessa uma oportunidade para estreitar os laços do governo com o servidor público, que eu defendi em 2017 e de lá para cá continuo



defendendo. Então, eu quero aproveitar dessa oportunidade para buscar caminhos e soluções na vida do servidor. Então, é para deixar claro, Érika, para todos os servidores que hoje viria um projeto de lei, a expectativa é que viria um projeto de lei para essa Casa, para deliberar e nós conseguimos fazer com que esse projeto não viesse, portanto a gente ganha tempo e o diálogo continua aberto para a gente buscar caminho comum e, se Deus quiser, encontrar, como diz aqui, um consenso, um denominador comum. Eu acredito muito nisso, se Deus quiser, em breve a gente vai conseguir atender as expectativas dos servidores. Está bom, Presidente? Obrigado”. Senhor Presidente: “pois não”. Vereadora Viviane Gomes de Matos: “pela ordem, Presidente. Érika, hoje essa Casa conta também com dois servidores efetivos, que somos eu e Danúbio, ele não está presente, mas tenha certeza que nós estamos aí, nós estamos passando agora por cargo legislativo, mas nós somos servidores públicos. Então, contem comigo, contem com o meu mandato para que a gente possa fazer diferença, porque eu falo que todos nós deveríamos ocupar esses espaços para que as nossas categorias sejam valorizadas. Enquanto nós não estivermos ocupando esses espaços, outras pessoas decidirão o nosso futuro. Então, eu estou na Casa, sei que posso contar com os colegas. Álvaro, eu estou à disposição para dialogar junto ao Executivo como servidora porque, hoje, o servidor tem mais uma voz aqui dentro, Érika, para gritar aos quatro cantos e para a gente trabalhar junto, principalmente por um plano de cargos e salários, que já foi feito um requerimento, foi um dos primeiros que eu fiz nessa Casa, porque eu, como servidora,



sei que é necessário, é urgente e a gente precisa construir políticas públicas de valorização do servidor, porque esse servidor atinge cada casa nova-limense e a gente vai fazer a diferença, não tenha dúvida”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “um aparte?”. Érika – Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Nova Lima: “gente, deixem só eu quebrar o protocolo, eu já vi muita gente fazendo isso aqui. É só para dar o retorno aqui, uma resposta rapidinho. O sindicato fica muito feliz de o diálogo estar sempre e o sindicato nunca fechou o diálogo com ninguém. Mas quem está lá fora, como eu falei aqui, está adoecido e tem pressa, então, requer urgência. Na verdade, vou falar para vocês, requer emergência. Eu solicito, mais uma vez, o olhar dessa Casa. Então, quem está lá fora tem pressa. Obrigada, gente, mais uma vez”. Senhor Presidente: “pois não, vereador Álvaro”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “só um aparte, e aí, vereadora Viviane, não é uma provocação para a senhora, estou deixando claro desde o início, a gente precisa, realmente, rever o plano de cargos e salários porque o que foi proposto aqui no governo passado destruiu a vida do servidor e a gente precisa rever isso mesmo”. Senhor Presidente: “pois não, vereador Thiago Almeida”. Vereador Thiago Felipe de Almeida: “Senhor Presidente, aproveitar o momento, eu acho que é oportuno demais, aproveitar a Érika, aproveitar Álvaro aqui, eu acho que propor, não é? Até na semana do servidor, ver se o vereador marca uma reunião para a gente acompanhar, acho que três membros do sindicato e os dez vereadores, não é? Junto ao Executivo.



Quem sabe a gente chega a um consenso e tem uma notícia boa, mesmo que não seja na semana do servidor, pelo menos na próxima semana. Eu acho que é válido, pelo que eu vi, todo mundo aqui está buscando o diálogo, eu acho que é assim que se faz, não é? Já vamos sair e amanhã, quem sabe, uma notícia, um retorno de um dia agendado, vereador. Vê se você consegue agendar para a gente um dia para os dez vereadores junto com o Executivo e, pelo menos, três membros do sindicato. Três ou cinco, Érika, está bom assim? Para a gente poder acompanhar até lá e ver. Acho que a gente vai sair com um consenso de lá. Obrigado”. Senhor Presidente: “ótima ideia, vereador Thiago Almeida. Obrigado, senhorita Érika”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, hoje a gente está quebrando o protocolo aqui o tempo todo. Eu quero parabenizar, vereadora, foi aniversário e a gente começou a reunião de um jeito muito diferente. Parabéns, que Deus te abençoe muito, te dê muitos anos de vida, saúde, muita felicidade e muita garra para que possamos juntos lutar por Nova Lima, lutar pela Educação, pela Habitação, por essa cidade que a gente ama tanto, não é isso mesmo? Parabéns mesmo, que Deus abençoe a senhora”. Senhor Presidente: “em nome de todo mundo, senhorita Viviane”. Vereadora Viviane Gomes de Matos: “pela ordem. Quero agradecer e aproveitar, o vereador Álvaro não se encontra, mas para deixar claro, que enquanto... Viu, Álvaro? Só uma questão que eu quero esclarecer, quero vir a público esclarecer, que as pessoas têm uma divergência quando fala ‘Viviane, Secretária de Educação’ era funcionária, cumpria ordens. Eu era funcionária do Executivo e eu



trabalhava para executar aquilo que eram as ordens que a mim chegavam e briguei amplamente em defesa do que eu acreditava enquanto secretária e busquei fazer o melhor. Tanto é que a população me reconheceu e, hoje, eu tenho uma cadeira nesta Casa. Mas, como vereadora, eu sou representante do povo e aqui eu posso falar a linguagem que a população quer que eu fale, a linguagem que representa aqueles que me elegeram. Então, eu me sinto uma representante, Álvaro, da Educação do município e vou estar aqui fazendo jus para que cada um se orgulhe dessa servidora que hoje faz parte dessa Casa, não tenham dúvidas. Muito obrigada pelas felicitações, vereadores”.

Continuando, o Senhor solicitou a leitura das proposições que deram entrada na Casa:

1) Veto Integral do Poder Executivo ao Projeto de Lei nº 2.061/2021, autoria do vereador Joselino Santana Dias, que “Institui o Programa Medicamento Solidário no âmbito do município de Nova Lima”. Vereadora Juliana Ellen de Sales: “pela ordem, Presidente. Quero parabenizar o vereador Zelino pela proposta. Eu até estava aqui olhando na Globo Play que esse projeto já existe em vários municípios do Rio Grande do Sul, onde prefeituras do Estado estão implementando um projeto que ajuda a reaproveitar remédios. Eles criaram as farmácias solidárias e eles, então, recebem medicamentos que sobram e fazem doações para pessoas que precisam. Isso já existe em vários municípios do Rio Grande do Sul, inclusive na Prefeitura Municipal de Ivoti, a diretora da farmácia já deu uma entrevista falando a respeito e é coisa recente, é do dia vinte e seis de agosto de dois mil e vinte e um. Eu quero te parabenizar por ter trazido



esta pauta para o nosso município porque ela é relevante, ela já acontece em vários municípios do Brasil. Parabéns”. Vereador Joselino Santana Dias: “só agradecer à colega vereadora Juliana, obrigado”. O veto foi encaminhado à Comissão Especial, nomeada pelo Senhor Presidente, composta pelos vereadores Viviane Gomes de Matos, Thiago Felipe de Almeida e Cláudio José de Deus, para emissão de parecer. 2) Veto Integral do Poder Executivo ao Projeto de Lei nº 2.063/2021, autoria da vereadora Viviane Gomes de Matos, que “Regulamenta o programa de bolsa universidade”. Encaminhado à Comissão Especial, nomeada pelo Senhor Presidente, composta pelos vereadores Joselino Santana Dias, Thiago Felipe de Almeida e Cláudio José de Deus, para emissão de parecer. 3) Projeto de Lei nº 2.084/2021, autoria do vereador José Carlos de Oliveira, que “Institui a Semana de Conscientização sobre a Síndrome de Burnout no Município de Nova Lima”. Vereadora Juliana Ellen de Sales: “pela ordem, Presidente. Eu sei que não é o momento para a gente discutir o mérito, mas eu queria parabenizar o vereador Boi por trazer um tema que é tão atual que é essa síndrome que tem acometido e prejudicado a vida de tantas pessoas e não só de adultos, de jovens e adolescentes também, a pandemia tem potencializado essa estafa mental por parte dos estudantes, dos profissionais de diversos segmentos. E quando eu vi esse projeto, eu falei: ‘nossa, que interessante, que importante é a gente cuidar com carinho das pessoas num momento tão desafiador como é este, da pandemia’. E quando você traz essa temática que é super atual demonstra o seu cuidado com o ser humano que está por trás



daquele profissional, daquele estudante. Eu acho que seria sensacional se, de fato, tivéssemos uma semana para a gente cuidar da saúde mental e saúde física das pessoas, porque se a gente tem servidores que são tratados com carinho, o serviço melhora e por aí vai. Na iniciativa privada também, que isso estimule as empresas a ter um momento de alongamento, yoga, de cuidado pessoal com cada um de seus profissionais, porque o momento que a nossa sociedade vive, que o mundo vive é muito desafiador e tem afetado muito a saúde mental da população como um todo. Então, parabéns por ter trazido essa temática tão contemporânea para ser discutida aqui, nessa Casa”. Vereador José Carlos de Oliveira: “eu quero agradecer à vereadora Juliana. Muito obrigado, Juliana, pelo elogio”. O Projeto de Lei nº 2.084/2021 foi encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer. Prosseguindo, o Senhor Presidente solicitou a leitura: 1) Parecer da Comissão de Legislação e Justiça referente ao Projeto de Lei nº 2.080/2021, autoria do vereador José Carlos de Oliveira, que “Dispõe sobre os métodos de avaliação dos serviços médicos prestados à população do Município de Nova Lima”. A comissão emitiu parecer contrário à tramitação do projeto. Senhor Presidente: “coloco em discussão e votação o Parecer Contrário da Comissão de Legislação e Justiça referente ao Projeto de Lei nº 2.080/2021. Em discussão, em votação, os vereadores que concordam com o Parecer Contrário ao Projeto de Lei 2.080/2021 permaneçam como estão. O parecer foi aprovado por seis votos a dois. Encaminho o Projeto ao arquivo”. 2) Parecer da Comissão de Serviços Públicos



Municipais referente ao Projeto de Lei nº 2.083/2021, autoria do vereador Cláudio José de Deus, que “Dispõe sobre a proibição de queimadas no Município de Nova Lima, e dá outras providências”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto, que foi encaminhado à Comissão de Orçamento, Finanças e Tomada de Contas. 3) Parecer da Comissão de Serviços Públicos Municipais referente ao Projeto de Lei nº 2.085/2021, autoria da vereadora Juliana Ellen de Sales, que “Dispõe sobre a garantia da acessibilidade comunicativa à mulher com deficiência auditiva e/ou visual vítima de violência doméstica e familiar”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto, que foi encaminhado à Comissão de Orçamento, Finanças e Tomada de Contas. 4) Parecer da Comissão de Legislação e Justiça referente ao Projeto de Lei nº 2.086/2021, autoria do vereador José Carlos de Oliveira, que “Assegura o direito aos proprietários de cães-guia no transporte público do Município de Nova Lima”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto, que foi encaminhado à Comissão de Serviços Públicos Municipais. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “Presidente, perdão, pela ordem. Álvaro. Este projeto é do vereador Boi, não é? Esse último lido aqui? Boi, só a título de contribuição para, talvez, aprimoramento do projeto. Vou ver se eu acho aqui rapidamente, legalmente, nenhuma multa pode ser fixada e vinculada a salário mínimo, a Constituição não permite isso. Já fica aqui, a título de sugestão, essa revisão no projeto. E se não me engano o artigo quarto prevê também inclusive se não for permitido o acesso do cão ao ônibus, que pode ser cassada



a licença da concessionária. Não tem como estar previsto isso no projeto porque existe lá um contrato já firmado e assinado. Então, ou seja, só para essas duas... Estou aqui querendo contribuir, só rever essas duas coisas que eu acho que podem enterrar emperrar um pouquinho o projeto, e o projeto é muito bacana, tá? Fica aí a título... Não sei se alguém da sua assessoria está aqui, mas fica a título de sugestão para aprimorar. Obrigado, Presidente”. Vereador José Carlos de Oliveira: “obrigado, vereador. A gente vai verificar com o Dr. Felipe e a gente vai te dar a resposta, Álvaro”. 5) Parecer Conjunto das Comissões de Legislação e Justiça; Serviços Públicos Municipais; Orçamento, Finanças e Tomada de Contas referente ao Projeto de Lei nº 2.089/2021, autoria do Poder Executivo, que “Altera parcialmente a Lei Municipal nº 2.825, de 12 de março de 2021, autorizando o Poder Executivo Municipal a majorar o valor do repasse, a título de subvenções sociais, contribuições e auxílios financeiros, no exercício de 2021, à entidade beneficiária que discrimina, além de dar outras providências” – Lar dos Idosos Nossa Senhora de Lourdes. As comissões emitiram parecer favorável à tramitação do projeto. A Senhora Secretária também proferiu leitura do Parecer 08/2021, autoria da Procuradoria Jurídica da Câmara Municipal de Nova Lima. Ementa: Majoração de valor de subvenção – necessidade de aprovação de projeto de lei. (Parecer referente aos Projetos 2.089 e 2.090 /2021, solicitado pela vereadora Juliana Ellen de Sales e vereador Danúbio de Souza Machado). Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “esse parecer da Procuradoria já vale para os dois. Era isso que eu queira



saber”. Senhora Secretária: “para os dois. Eu iniciei, vereador, falando em ambos projetos”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, eu gostaria de pedir o senhor que consultasse a Casa e que pedisse dispensa de interstícios e que esse projeto fosse colocado em votação ainda hoje, em primeiro e segundo turno. E, aproveitando, como o outro projeto é muito semelhante também, eu gostaria de pedir que fosse consultado o Plenário para os dois”. Senhor Presidente: “coloco em discussão a proposta do vereador Silvânio Aguiar para que se dispense interstícios e que se vote em dois turnos, ainda hoje, o Projeto de Lei nº 2.089/2021, autoria do Poder Executivo, que “Altera parcialmente a Lei Municipal nº 2.825, de 12 de março de 2021, autorizando o Poder Executivo Municipal a majorar o valor do repasse, a título de subvenções sociais, contribuições e auxílios financeiros, no exercício de 2021, à entidade beneficiária que discrimina, além de dar outras providências” – Lar dos Idosos Nossa Senhora de Lourdes. Em discussão, em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, oito votos. Vai ser votado ainda hoje”. 6) Parecer Conjunto das Comissões de Legislação e Justiça; Serviços Públicos Municipais; Orçamento, Finanças e Tomada de Contas referente ao Projeto de Lei nº 2.090/2021, autoria do Poder Executivo, que “Altera parcialmente a Lei Municipal nº 2.825, de 12 de março de 2021, autorizando o Poder Executivo Municipal a majorar o valor do repasse, a título de subvenções sociais, contribuições e auxílios financeiros, no exercício de 2021, à entidade beneficiária que discrimina, além de dar outras providências” – Programa



Bolsa Formatec/Sebrae. As comissões emitiram parecer favorável à tramitação do projeto. Senhor Presidente: “coloco em discussão a proposta do vereador Silvânio Aguiar para que se dispense interstícios e que se vote em dois turnos, ainda hoje, o Projeto de Lei nº 2.090/2021, autoria do Poder Executivo, que “Altera parcialmente a Lei Municipal nº 2.825, de 12 de março de 2021, autorizando o Poder Executivo Municipal a majorar o valor do repasse, a título de subvenções sociais, contribuições e auxílios financeiros, no exercício de 2021, à entidade beneficiária que discrimina, além de dar outras providências” – Programa Bolsa Formatec/Sebrae. Em discussão, em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, oito votos”.

7) Parecer Conjunto das Comissões de Legislação e Justiça; Serviços Públicos Municipais; Orçamento, Finanças e Tomada de Contas referente ao Projeto de Lei nº 2.091/2021, autoria do Poder Executivo, que “Revoga a Lei Municipal nº 2.205, de 06 de junho de 2011, e dispõe sobre organização da Política de Assistência Social em Nova Lima”. As comissões emitiram parecer favorável à tramitação do projeto. Vereadora Juliana Ellen de Sales: “pela ordem, Presidente. Eu gostaria de pedir dispensa para que a votação acontecesse hoje, em primeiro e segundo turnos, porque esse projeto é maravilhoso, é espetacular. Parabenizo o Executivo na pessoa do Diego Garzon pelo encaminhamento desse projeto que é fundamental para constituir e fortalecer o SUAS no nosso município. Eu estou encantada com ele, acho que ele merece e deve passar com celeridade por esta Casa”. Vereador Silvânio Aguiar Silva:



“Senhor Presidente, eu quero só compactuar com a fala da vereadora Juliana. E cumprimentar o Diego Garzon à frente da secretaria de desenvolvimento social, a gente percebe um trabalho muito sério, com muito respeito a nossa população, com respeito às pessoas mais vulneráveis. E, ao cumprimentar o Diego, eu quero cumprimentar toda a equipe, minha esposa trabalha no serviço social e eu consigo vivenciar no dia a dia ali, o belo trabalho que vem sendo feito na secretaria. Então, parabéns pela sua... Eu ia fazer esse pedido, mas eu vou fazer junto aqui. Muito obrigado”. Senhor Presidente: “coloco em discussão a proposta da vereadora Juliana Sales para que se dispense interstícios e que se vote em dois turnos, ainda hoje, o Projeto de Lei nº 2.091/2021, autoria do Poder Executivo, que “Revoga a Lei Municipal nº 2.205, de 06 de junho de 2011, e dispõe sobre organização da Política de Assistência Social em Nova Lima”. Em discussão, em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, nove votos”. 8) Parecer Comissão de Legislação e Justiça referente ao Projeto de Lei nº 2.092/2021, autoria dos vereadores Anísio Clemente Filho, Silvânio Aguiar Silva, Juliana Ellen de Sales, Joselino Santana Dias e Danúbio de Souza Machado, que “Dá a denominação ao logradouro público que menciona, além de dar outras providências” – Pontilhão Paulo Seabra. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, eu gostaria de pedir, já que esse projeto dá para ser votado hoje, dispensa de interstícios e votação ainda na reunião de hoje. Ah, tem o parecer ainda da Serviços Públicos. Bom, coloca em votação, se os



vereadores assim entenderem, aí seria dispensa de Parecer da Serviços Públicos e interstícios”. Senhor Presidente: “consulto o Plenário em relação à proposta do vereador Silvânio Aguiar para que dispense interstícios pareceres e vote em primeira e segunda votação, na noite de hoje, o Projeto de Lei nº 2.092/2021. Em discussão, em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, nove votos. O projeto será votado ainda hoje”. Dando sequência, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação: 1) Substitutivo ao Projeto de Lei nº 2.022/2021, autoria do Poder Executivo, que “Autoriza o Poder Executivo a instituir o programa de conscientização sobre a menstruação e a distribuir itens relacionados à saúde menstrual”. Em discussão, a vereadora Juliana Ellen de Sales: “para discutir, Presidente. É somente perguntar ao Álvaro se aquela dúvida foi sanada com relação ao orçamento sair da Secretaria de Saúde, que eu imaginei que pudesse ser porque é uma pasta que detém mais orçamento do que a de Desenvolvimento Social”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “posso, Presidente? Eu fiz o questionamento ao Executivo na semana passada e, na verdade, independente do volume de recurso, o prefeito garantiu... Eu apresentei para ele o raciocínio que eu trouxe aqui, na semana passada, ele falou: ‘olha, o valor é de quatrocentos mil, se esgotar, se acabar o estoque, eu suplemento e compro mais’. Então, não vai ser problema, vamos dizer, acabar, sempre vai ter”. Vereadora Juliana Ellen de Sales: “com relação ao seu receio de uma pessoa lá de outra região também foi sanado porque na lei deixa bem claro o público alvo que vai ser contemplado com essa



política pública”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “é, quando vem da saúde ele vai ser universalizado, então, na verdade, todo mundo vai poder ter acesso”. Vereadora Juliana Ellen de Sales: “mas a lei especifica o público alvo, a lei determina quem serão as mulheres aptas a receber”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “é, mas não pode infringir a norma do SUS, não, não é?”. Vereadora Juliana Ellen de Sales: “então a lei foi mal redigida?”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “esse público não pode estar segmentado se for da Saúde. Mantendo na Saúde vai ser esse público e quem mais quiser”. Vereadora Juliana Ellen de Sales: “mas, então, na lei não fala isso”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “então, nós vamos ter que suprir isso da lei”. Vereadora Juliana Ellen de Sales: “precisa ser mais discutida essa questão”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “é só suprir esse artigo da lei”. Vereadora Juliana Ellen de Sales: “mas fala em tudo, da lei inteira”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “esse público específico, sendo da Saúde, todo mundo vai poder ter acesso. Inclusive essa era a minha questão apresentada na semana passada”. A vereadora Juliana Ellen de Sales disse algumas palavras com o microfone desligado, com a ausência do áudio, não foi possível registrar a fala dela. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “falou para manter na Saúde, que vai ser direito de todo mundo ter acesso”. A vereadora Juliana Ellen de Sales disse algumas palavras com o microfone desligado, com a ausência do áudio, não foi possível registrar a fala dela. Vereador Silvânio Aguiar Silva:



“gente”. Vereadora Viviane Gomes de Matos: “pela ordem, Presidente. Primeiramente, eu quero agradecer a contribuição, eu faço parte, representando essa Casa, do Conselho de Mulheres de Nova Lima, onde a gente discutiu a questão da lei na última reunião, onde as nossas pares contribuíram muito, onde elas realmente entendem que é urgente que essa Casa aprove essa lei porque vai beneficiar diversas mulheres que hoje passam realmente pela dificuldade de ter acesso nos dias do seu período menstrual às diversas atividades do dia a dia. Então, quero agradecer todas as mulheres que colaboraram, elas até ficaram de enviar uma correspondência, mas no final eu acho que teve um alinhamento com as coordenadorias e, sanadas as discussões, eu peço que todo mundo tenha a sensibilidade de entender que realmente é uma questão de saúde da mulher e que a gente precisa enxergar que isso é urgente e que a gente precisa avançar. E se é da pasta da Saúde que vai sair o recurso, que a gente possa ajudar também o Executivo, caso seja necessário, na suplementação do aprovo dessa alteração aqui, nessa Casa”.

Vereadora Juliana Ellen de Sales: “me permite aparte, vereadora? Totalmente de acordo, tanto é que na plenária passada, eu falei da importância dessa alteração proposta pelo Executivo para dar mais segurança jurídica, para que as meninas e as mulheres em situação de vulnerabilidade consigam ter dignidade garantida e combatermos assim a pobreza menstrual. É só porque realmente veio essa dúvida à tona e eu não quero que esse projeto tenha nenhum tipo de insegurança porque ainda mais nesse período que a gente está retornando com as aulas, todo mundo, então, assim, quanto antes a gente



votar isso, quanto antes for regulamentado, quanto antes isso já for implementado e impactar a vida das mulheres dessa cidade é melhor. Então, é mesmo a garantia de que esse projeto seja aprovado aqui e sancionado com a melhor segurança técnica e jurídica possível e, assim, a gente garantir uma política pública de combate à pobreza menstrual. Então, eu acho que é seguir mesmo”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “vereadora, você me permite um aparte? Na verdade, como o projeto está em primeira votação, a minha sugestão é que não se faça a segunda hoje e que a gente analise essa questão que realmente é muito séria. O Álvaro não está errado na fala dele. O SUS é um serviço universal, se está saindo a verba de lá não vai ter como restringir. Até aí não tem problema nenhum, mas no corpo da lei fala que tem um recorte. Então, eu acho que é simples, talvez, na minha cabeça aqui, é suprimir isso lá, mas eu não sei direito como que está, então, talvez, fosse interessante a gente votar na próxima reunião e faz uma emenda supressiva, se for o caso”. A vereadora Juliana Ellen de Sales disse algumas palavras com o microfone desligado, com a ausência do áudio, não foi possível registrar a fala dela. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “isso, isso aí, verdade”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “Presidente, para contribuir com a discussão, talvez, seja de comum acordo de todos, ao invés de suprimir no projeto de lei a restrição que está trazendo, que fala lá, só terão direito tais e tais faixas, vamos falar assim, também toda e qualquer mulher, incluísse no texto. Está resolvido, é só passar isso para a comissão de redação final e está resolvido o projeto, que aí contempla todo mundo, para



pode votar hoje. Entendeu?”. Vereadora Viviane Gomes de Matos: “só finalizando a minha linha de pensamento, Presidente. A questão eu penso que é saúde municipal, a dotação orçamentária para essa compra pode ser oriunda de recursos do município, onde a nossa lei não vai ter nenhum tipo de comprometimento. Eu não sou advogada, mas acredito que como o valor possa sair de uma dotação de recurso próprio, não precisa seguir os critérios do SUS propriamente dito. Então, que realmente a gente tenha essa sensibilidade e aí o jurídico da Casa possa nos ajudar nessa questão para a gente já deixar bem definida”. A vereadora Juliana Ellen de Sales disse algumas palavras com o microfone desligado, com a ausência do áudio, não foi possível registrar a fala dela. Vereadora Viviane Gomes de Matos: “todos os padrões SUS. Não, aí realmente tem o recorte e não deveria, não é”. Senhor Presidente: “consultando vocês, vai ter alguma emenda verbal para a gente...”. A vereadora Juliana Ellen de Sales disse algumas palavras com o microfone desligado, com a ausência do áudio, não foi possível registrar a fala dela. Senhor Presidente: “tá, tudo bem. Em primeira votação, em discussão, em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, nove votos”. 2) Projeto de Lei nº 2.053/2021, autoria do Poder Executivo, que “Altera a Lei Municipal nº 1.584, de 30 de dezembro de 1998, criando os artigos 13-A, 13-B e 13-C” (Código de Obras). Em segunda e última votação, respeitando a emenda aprovada, de autoria do vereador Anísio Clemente Filho, aprovado por oito votos e encaminhado à sanção. Senhor Presidente: “por deliberação plenária, coloco em votação o Projeto de



Lei nº 2.089/2021, autoria do Poder Executivo, que “Altera parcialmente a Lei Municipal nº 2.825, de 12 de março de 2021, autorizando o Poder Executivo Municipal a majorar o valor do repasse, a título de subvenções sociais, contribuições e auxílios financeiros, no exercício de 2021, à entidade beneficiária que discrimina, além de dar outras providências” – Lar dos Idosos Nossa Senhora de Lourdes. Em primeira votação, em discussão. Em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, oito votos”. Por deliberação plenária, coloco em votação o Projeto de Lei nº 2.089/2021, autoria do Poder Executivo, que “Altera parcialmente a Lei Municipal nº 2.825, de 12 de março de 2021, autorizando o Poder Executivo Municipal a majorar o valor do repasse, a título de subvenções sociais, contribuições e auxílios financeiros, no exercício de 2021, à entidade beneficiária que discrimina, além de dar outras providências” – Lar dos Idosos Nossa Senhora de Lourdes. Em segunda e última votação, em discussão. Em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, oito votos. Encaminho o Projeto de Lei nº 2.089 à sanção. Por deliberação plenária, coloco em votação o Projeto de Lei nº 2.090/2021, autoria do Poder Executivo, que “Altera parcialmente a Lei Municipal nº 2.825, de 12 de março de 2021, autorizando o Poder Executivo Municipal a majorar o valor do repasse, a título de subvenções sociais, contribuições e auxílios financeiros, no exercício de 2021, à entidade beneficiária que discrimina, além de dar outras providências” – Programa Bolsa Formatec/Sebrae. Em primeira votação, em discussão. Em votação, Os



vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, oito votos. Por deliberação plenária, coloco em votação o Projeto de Lei nº 2.090/2021, autoria do Poder Executivo, que “Altera parcialmente a Lei Municipal nº 2.825, de 12 de março de 2021, autorizando o Poder Executivo Municipal a majorar o valor do repasse, a título de subvenções sociais, contribuições e auxílios financeiros, no exercício de 2021, à entidade beneficiária que discrimina, além de dar outras providências” – Programa Bolsa Formatec/Sebrae. Em segunda e última votação, em discussão. Em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, oito votos. Encaminho o Projeto de Lei nº 2.090 à sanção. Por deliberação plenária, coloco em votação o Projeto de Lei nº 2.091/2021, autoria do Poder Executivo, que “Revoga a Lei Municipal nº 2.205, de 06 de junho de 2011, e dispõe sobre organização da Política de Assistência Social em Nova Lima”. Em primeira votação, em discussão. Em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, oito votos. Por deliberação plenária, coloco em votação o Projeto de Lei nº 2.091/2021, autoria do Poder Executivo, que “Revoga a Lei Municipal nº 2.205, de 06 de junho de 2011, e dispõe sobre organização da Política de Assistência Social em Nova Lima”. Em segunda e última votação, em discussão. Em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, oito votos. Encaminho o Projeto de Lei nº 2.091 à sanção. Coloco em votação o Projeto de Lei nº 2.092/2021, é o do Paulo, do pontilhão, está bom, gente. Em primeira e única votação, em discussão. Em votação, os vereadores que concordam



permaneçam como estão. Aprovado, oito votos. Encaminho o PL 2.092/2021 à sanção”.

Na sequência, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação os requerimentos:

1) Aatoria da vereadora Viviane Gomes de Matos: Requer ao Prefeito Municipal a realização da obra de manutenção, pintura e limpeza no interior do cemitério localizado no Bairro de Santa Rita. Aprovado, oito votos. 2) Aatoria da vereadora Viviane Gomes

de Matos: Requer ao Poder Executivo o retorno do projeto cultural Sexta na Feira, seguindo protocolo de segurança da Covid-19. Vereador José Carlos de Oliveira:

“Senhor Presidente, eu queria pedir ao senhor, o senhor permite a minha retirada do

Plenário? Quero dar boa noite para os senhores vereadores e vereadoras. Boa noite para todos, boa noite, Presidente. Obrigado”. Senhor Presidente: “boa noite, fica à vontade,

vereador Boi. Em discussão, em votação”. Vereadora Juliana Ellen de Sales: “discutir,

Presidente. Parabenizar o requerimento da vereadora Viviane. É o momento oportuno mesmo para voltarmos com as atividades ao ar livre. Acabei de ver no noticiário que

Rio de Janeiro já autorizou o não uso da máscara em ambientes abertos. As coisas, aos poucos, têm retomado, voltado à nossa nova normalidade. E é um setor que foi

duramente afetado pela pandemia, que não vê a hora de poder empreender. Então, vamos usar os nossos espaços públicos, a praça, as ruas onde tem essa possibilidade

para que essas pessoas ocupem e, assim, consigam empreender e gerar riqueza. Movimenta a cidade, a gente sente saudade de sair daqui e, muitas vezes, comer um

espetinho, faz parte da nossa cultura. Então, parabenizar a vereadora pelo requerimento,



se possível, eu gostaria de assinar junto com você”. Vereadora Viviane Gomes de Matos: “sim, ficarei muito feliz”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, eu também quero parabenizar a vereadora por essa iniciativa. Várias pessoas já me procuraram, falando sobre esta questão da Sexta na Feira. Sexta na Feira é um projeto polêmico, muita gente às vezes reclama por causa do trânsito, mas eu penso que é um projeto muito válido para Nova Lima, muito interessante, é bucólico a gente ter isso em Nova Lima. Então, parabéns. Se não for pedir muito, eu gostaria muito de assinar esse requerimento porque penso que a senhora acertou realmente ao fazer essa solicitação muito assertiva”. Vereadora Viviane Gomes de Matos: “pela ordem, Presidente. Vereadores, fiquem à vontade, eu acho que aqui nós representamos realmente as pessoas que fazem parte dessa história da Sexta na Feira, são senhoras, senhores, pilares familiares de manutenção das suas casas e é muito importante. O que me trouxe ainda mais a necessidade de entrar com esse requerimento é que eu vi que no último final de semana, no Vila da Serra, a rua foi fechada e lá nós tivemos feira com expositores. Eu parabenizo a prefeitura por ter feito isso, eu acho que é isso aí, a gente precisa abrir os espaços públicos, mas é urgente que a gente faça isso aqui, na sede da cidade, para trazer realmente de volta todo esse movimento nos espaços ao ar livre para que as pessoas possam novamente voltar a ter suas rendas e conseguirem cumprir com seus compromissos financeiros”. Vereadora Juliana Ellen de Sales: “me permite aparte, vereadora? Eu sou super de acordo de a gente pensar em cidades para as pessoas em



primeiro lugar e não para os carros em primeiro lugar. Então, o que aconteceu no Vila da Serra esse final de semana foi maravilhoso, as pessoas ocupando o espaço público de fato. Eu já realizei encontros de carros antigos naquela região, eu me lembro muito bem de o proprietário da Kopenhagen e do Steak me dizerem que foi o dia que eles mais venderam na história da empresa deles. Então, a gente possibilitar pessoas na rua, ocupando os espaços públicos é girar a economia, é fomentar o potencial turístico das nossas regiões. Isso vai ser muito positivo para que aconteça na sede, para que retorne também para que as famílias daqui também foram afetadas com a pandemia e ocupar a cidade. Quando o Silvânio fala que às vezes ocorriam reclamações com relação ao trânsito, é provocar essa reflexão no cidadão, a gente quer uma cidade que seja para carros? Ou a gente quer uma cidade que seja para as pessoas poderem ter área de lazer, poderem se divertir, interagir com segurança, com qualidade, ouvindo uma música gostosa, se deliciando com as comidas da região feitas com tanto carinho por nossos empreendedores. Então, é uma reflexão e uma provocação que eu trago para a gente sempre pensar em cidades que são feitas para o pedestre, para as pessoas e não somente para os carros”. Requerimento aprovado por sete votos. 3) Autoria do vereador Cláudio José de Deus: Requer ao Prefeito Municipal manutenção na rede elétrica e revitalização da praça localizada à Rua Nossa Senhora das Mercês, nº 07, Bairro Cruzeiro. Aprovado, sete votos. 4) Autoria do vereador Cláudio José de Deus: Requer ao Prefeito Municipal instalação de academia ao ar livre e playground na Rua da Represa, s/nº, Bairro Galo,



próximo à Igreja Betel. Aprovado, sete votos. 5) Aatoria do vereador Silvânio Aguiar Silva: Requer ao Chefe do Executivo Municipal reforma ou substituição das lixeiras que estão danificadas nas praças da nossa cidade. Aprovado, sete votos. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “vereadora, tem mais um meu aí? Eu vou substituir por um verbal. Pode fazer?”. Senhor Presidente: “pode”. Senhora Secretária: agora ou no final, Presidente?”. Senhor Presidente: “no final, não é?”. Senhora Secretária: “no final. Substituído, vereador”. 6) Aatoria do vereador Anísio Clemente Filho: Requer ao Poder Executivo a finalização da obra da Rua Vitória, em frente à Escola do CAIC, Bairro Alvorada. Aprovado, sete votos. 7) Aatoria do vereador Anísio Clemente Filho: Requer ao Poder Executivo a reestruturação da Defesa Civil do Município, com o objetivo de auxiliá-los na melhoria das condições básicas de trabalho, disponibilização de pessoal e material para o atendimento das demandas, possibilitando o desenvolvimento de ações para gestão de riscos e de desastres naturais. Aprovado, sete votos. 8) Aatoria do vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: Requer ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal que faça devidas adequações nos passeios públicos do município, de acordo com as normas técnicas estabelecidas pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, no sentido de garantir mais acessibilidade e segurança aos munícipes, sejam eles crianças, idosos, deficientes físicos ou visuais, nas principais avenidas do centro da cidade, principalmente onde há faixas de pedestres. Aprovado, sete votos. 9) Aatoria da vereadora Juliana Ellen de Sales: Com a sanção do Projeto de Lei 2.058/2021, que



estabelece definições e fixa limites ao poder regulamentar do Poder Executivo relativos à atividade de transporte privado coletivo de passageiros no município de Nova Lima, o cidadão terá acesso a um transporte de qualidade e mais dinâmico, capaz de atender às demandas em cada parte da cidade. Tal cenário é possível, tendo em vista a maior liberdade de atuação daqueles que oferecem o serviço de fretamento, pauta essa discutida também em âmbito estadual. Considerando a importância do tema, requer à Presidência da Câmara Municipal de Nova Lima a aprovação para a realização de audiência pública nesta Casa Legislativa, na data de 04 de novembro, às 18 horas. Convida a Comissão de Segurança Pública, Trânsito e Transporte para a construção desta ação, a Mesa Diretora e demais vereadores para participarem desse diálogo importante para o município. Aprovado, sete votos. Senhora Secretária: “finalizei por aqui, Presidente”. Senhor Presidente: “pois não, vereador Silvânio”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “é uma moção de pesar, Senhor Presidente, à família enlutada do senhor Leonardo Pedrosa, na pessoa dos seus pais, Milton Seabra e a senhora Rosângela, por sua morte precoce ocorrida neste mês. Leonardo Seabra era servidor público, nosso companheiro pelo menos durante um tempo da prefeitura, meu vizinho, uma pessoa que eu sempre considerei muito e de uma família ímpar em Nova Lima. Então, fica aí, infelizmente, os nossos cumprimentos, consternados que estamos, pela morte precoce do Leonardo”. Aprovado, sete votos. Vereador Joselino Santana Dias: “eu também tenho um requerimento verbal para fazer. Presidente, meu requerimento é ao Poder



Executivo para que estude a possibilidade de instalação de guarda-corpo ao longo do famoso paredão na Rua Nova, localizado na Rua Aldo Zanini”. Aprovado, sete votos.

Vereadora Viviane Gomes de Matos: “pela ordem, Presidente. Eu gostaria de fazer também uma moção de pesar pelo falecimento do senhor Mauro, tão conhecido como Mauro da Van, da Boa Vista, esposo de Dona Preta, que foi nosso vizinho no bairro. Então, que seja estendida a toda família nossa moção de pesar pelo falecimento do senhor Mauro”. Aprovado, sete votos.

Senhor Presidente: “eu também tenho um requerimento verbal baseado no que Érika falou e nós falamos também, eu queria pedir ao Poder Executivo que marcasse uma reunião, até para essa semana mesmo, com a presença do prefeito, para a gente participar, fazer em quatro mãos, em relação ao Sindicato. Esse é meu requerimento, quem quiser assinar junto, está à disposição. Está bem?”. Vereador Thiago Felipe de Almeida: “Senhor Presidente, se eu puder assinar com o senhor”. Vereadora Viviane Gomes de Matos: “faço questão de assinar com o senhor, Presidente”. Vereadora Juliana Ellen de Sales: “eu também, Presidente”. Senhor Presidente: “tudo bem”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “só para verbalizar, eu também gostaria de assinar junto com o senhor”. Senhor Presidente: “pois não”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “dessa reunião participariam os dez vereadores”. Senhor Presidente: “os dez vereadores, cinco representantes, mais a presença do prefeito, porque não adianta...”. Vereador Joselino Santana Dias: “Presidente, eu também vou assinar”. Senhor Presidente: “está ok”. Vereador Cláudio José de Deus:



“Presidente, eu também”. Senhor Presidente: “pois não, Claudinho”. Requerimento aprovado por sete votos. Senhor Presidente: “há algum outro requerimento, Senhora Secretária?”. Senhora Secretária: “não, Senhor Presidente”. Senhor Presidente: “agradecemos a presença de todos e, sob a proteção de Deus, declaro encerrados os trabalhos. Boa noite a todos”.

---